



Manifesto Eleitoral

AUTÁRQUICAS 2017

Porto: Agora as Pessoas

Nos últimos anos, o Porto sofreu com a austeridade. A falta de intervenção da Câmara e a sua obsessão pelo negócio imobiliário fez persistir e agravar muitos dos problemas da cidade e das e dos portuenses, apesar das mudanças políticas em curso no país.

A reabilitação urbana, tão necessária quanto urgente, foi deixada pela Câmara à mercê da especulação e dos negócios. O resultado está à vista: a subida das rendas e o bloqueio no acesso à habitação.

Hoje é fácil visitar o Porto mas é difícil aqui habitar. Mais de oito mil portuenses deixaram a cidade entre 2013 e 2016.

A cidade perdeu população e envelheceu. No Porto, uma em cada quatro pessoas tem mais de 65 anos. Muitas vivem em total solidão e isolamento, que a pobreza e as limitações da mobilidade urbana se encarregam de agravar.

Nas políticas sociais, a aposta da CMP no assistencialismo privado e caritativo traduziu-se na redução do orçamento municipal dedicado a vencer o défice social para uns ínfimos 3%. Não admira que o programa de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo continue por implementar e que a saúde pública não tenha as respostas necessárias.

A derrota da direita no país travou a privatização da STCP e da Metro do Porto mas ainda muito está por fazer. A linha de metro do Campo Alegre foi reduzida e adiada, os STCP continuam a sofrer com falta de meios. O estacionamento pago – e caro – é uma nova dor de cabeça para comerciantes e para moradores e moradoras. A cidade regista níveis preocupantes de poluição. A qualidade de vida é ainda prejudicada pela enorme carência a nível da oferta de ensino pré-escolar público, escassez de espaços verdes e oferta desportiva.

Com este executivo, a Câmara perdeu transparência, à medida que crescia o poder pessoal do presidente, e se evidenciavam os seus conflitos de interesse. Alguns progressos sectoriais não iludem a frustração e o falhanço do mandato de Rui Moreira em aliança com o PS de Pizarro e o CDS. Juntos impediram no Porto a mudança política que se verifica no país.



Acreditamos que o Porto pode ser melhor.

Queremos uma cidade onde o turismo é regulado. Onde se garante proteção da especulação das rendas a quem habita a cidade. Um Porto cosmopolita, onde a participação e a democracia se sobrepõem às negociatas da elite. Uma Câmara Municipal que utiliza os seus recursos com clareza e respeito pelas regras republicanas.

Acreditamos que o apoio social é um direito democrático inalienável das cidadãs e dos cidadãos, e não uma esmola caritativa. É possível viver num Porto que respeite as suas pessoas, promovendo uma educação de qualidade e acessível, assumindo as prioridades para uma saúde pública eficaz. Uma cidade que vive a cultura sem a tratar como uma montra.

Para isso é preciso fazer ouvir quem na cidade não se revê no atual executivo e está descrente de quem até há pouco foi aliado e pilar desta governação, e cujo objetivo evidente é o retorno a um entendimento que continuará a mesma política.

Acreditamos que a candidatura do Bloco de Esquerda, protagonizada pelo João Teixeira Lopes na Câmara Municipal e pelo João Semedo na Assembleia Municipal, representa essa alternativa para a cidade.

Porto: agora as pessoas.

Alexandra Oliveira

João Teixeira Lopes

João Semedo

Catarina Martins

José Soeiro

10 PRIORIDADES PARA TRANSFORMAR O PORTO

1. DIREITO A HABITAR NO PORTO
2. TRANSPORTES E MOBILIDADE
3. COMBATER A POBREZA, GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS
4. TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA
5. POR UMA CULTURA PARA TODA A CIDADE
6. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO
7. SERVIÇOS PÚBLICOS E MUNICIPAIS DE QUALIDADE
8. IGUALDADE NA DIVERSIDADE
9. URBANISMO E AMBIENTE
10. CIDADE AMIGA DOS ANIMAIS

1. DIREITO A HABITAR NO PORTO

A falta de habitação a preços acessíveis é um dos principais problemas do Porto. Só no mandato de Rui Moreira, Manuel Pizarro e CDS, a cidade perdeu 8.000 habitantes. Enquanto isso, apenas nos primeiros sete meses deste ano, o Alojamento Local disparou 147%, ultrapassando já mais de 10% do total de habitações no centro da cidade. O resultado desta dinâmica especulativa, facilitada pela lei das rendas da direita, traduziu-se num aumento acelerado das rendas e na escassez de casas destinadas ao arrendamento de longa duração.

Esta nova realidade vem agravar o problema estrutural da habitação na cidade: mais de 1.000 famílias aguardam na fila da Domus Social para ter acesso a habitação social; há bairros (a começar pelo Cerco) que carecem ainda de obras de reabilitação; e mais de 5.716 famílias viram aumentadas as suas rendas por decisão de Manuel Pizarro e Rui Moreira, ao arrepio da nova lei aprovada no Parlamento por Bloco, PCP, PEV e PS.

Proteger as pessoas e recuperar a população para a cidade deve ser um dos principais objetivos do próximo executivo: o Porto precisa de habitação decente para quem aqui vive e quer viver. Um problema desta dimensão e complexidade exige múltiplas respostas, integradas e articuladas. O Bloco de Esquerda propõe dez medidas urgentes para (re)povoar o Porto:

I. PROGRAMA DE HABITAÇÃO: O PORTO PARA AS PESSOAS

O Bloco propõe um programa de habitação capaz de disponibilizar, ao longo do próximo mandato, **1.000 fogos de habitação social**, pondo fim à lista de espera, e **1.500 casas com rendas acessíveis**. O financiamento deste **programa público** será de 188 milhões ao longo quatro anos, ou seja, 47 milhões de euros anualmente:

- a) 32 milhões da aplicação da Taxa Turística (80% do valor arrecadado).
- b) 50 milhões do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.
- c) 66 milhões do excedente orçamental não executado pela CMP.
- d) 40 milhões em financiamento bancário.

II. BOLSA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

A disponibilização de 1.500 casas com rendas acessíveis numa **Bolsa Municipal de Habitação** exige critérios claros e uma política pública que recusa entregar recursos municipais aos privados. Esta bolsa deve ser alimentada:

- a) Pelo vasto edificado do próprio Município, garantindo que é usado para fins de habitação.
- b) Pelo exercício criterioso do direito de preferência por parte da CMP, aumentando a mancha de edificado municipal.

- c) Pela nova construção em terrenos municipais com investimento 100% público.
- d) Pela aposta no modelo cooperativo de habitação.
- e) Pela reabilitação de prédios particulares em avançado estado de degradação, assumindo uma gestão municipal durante 30 anos (tempo de recuperação do investimento).
- f) Pela introdução de uma quota mínima de 25% de habitação a preços controlados nos grandes projetos de reabilitação urbana.
- g) Por incentivos fiscais aos proprietários que reabilitem e inscrevam os seus imóveis na Bolsa Municipal de Habitação.

III. BAIXAR AS RENDAS SOCIAIS AUMENTADAS PELA CÂMARA

Manuel Pizarro e Rui Moreira contrariaram a lei nacional aprovada por Bloco, PCP, PEV e PS (reversão da lei da renda de Assunção Cristas), aumentando o valor das rendas sociais a mais 5.716 famílias. O Bloco de Esquerda defende a **reversão imediata destes aumentos**, cumprindo a lei e protegendo os moradores.

IV. REGULAR O TURISMO PARA PROTEGER AS PESSOAS E A CIDADE

Se nada for feito, em poucos anos o Alojamento Local representará mais de 50% da habitação disponível no centro do Porto, um fenómeno que já tem impactos em toda a Cidade. A Câmara pouco tem feito para controlar a pressão turística, que deixada ao sabor do mercado, traz mais problemas do que benefícios à cidade. O Bloco de Esquerda defende:

- a) **Implementação da Taxa Turística**, cuja receita seria de 10 milhões por ano, direcionada para a política de habitação e a mitigação dos efeitos do turismo nos serviços municipais.
- b) **Distinção entre Alojamento Local**, casas habitadas que são partilhadas durante parte do ano ou uma parte da casa, **e Turismo Urbano**, em que os fogos estão exclusivamente dedicados ao turismo. O Alojamento Local respeita as atuais regras e o Turismo Urbano passa a ser sujeito a licenciamento específico e com quotas territoriais, tal como a hotelaria tradicional.
- c) Criar um **gabinete municipal de apoio e fiscalização do Alojamento Local** que atue de forma rápida perante queixas de moradoras e moradores, garantindo o seu bem-estar. Perante infrações, este gabinete pode aplicar multas ou mesmo retirar a licença, em caso de reincidência.
- d) Impor uma **moratória de 1 ano no licenciamento de novas unidades hoteleiras na baixa da cidade**, para permitir o estudo dos impactos causados no planeamento urbano e, de forma aberta e participada, delinear uma estratégia sobre o desenvolvimento turístico que mais se adequa à cidade.

V. SUSPENSÃO DA VENDA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

O atual executivo camarário transferiu para as mãos de privados dezenas de prédios e terrenos que pertenciam à cidade e ao município, num valor superior a 100 milhões de euros. É preciso parar com a delapidação do património da cidade do Porto. O Bloco de Esquerda defende a **suspensão da venda do Património Municipal** e a realização de um **Inventário dos Bens Imóveis** da Câmara Municipal do Porto.

VI. UM OUTRO MODELO PARA A SRU

A autarquia deve assumir o **controlo da Sociedade de Reabilitação Urbana - Porto Vivo**, responsável pela reabilitação na zona histórica e que tem atuado como um autêntico balcão de negócios, favorecendo a especulação e alienação de património municipal.

VII. OBSERVATÓRIO DA HABITAÇÃO E TURISMO

Criação de um Observatório que promova a monitorização das **necessidades habitacionais do município** e avalie os efeitos mais negativos do crescimento desregulado do turismo. Esta monitorização deve apoiar o desenho de uma estratégia que seja garantia de soluções de habitação para quem vive e quer viver no Porto, e corrija as distorções do mercado.

VIII. GRUPO DE TRABALHO LOCAL PARA A REABILITAÇÃO

Criação de um serviço público camarário que aproveite os recursos técnicos existentes para **apoiar os e as pequenas proprietárias nos processos de reabilitação**, contribuindo para simplificar o processo burocrático e técnico, com a contrapartida de disponibilização das casas a rendas controladas.

IX. LEGALIZAÇÃO DAS ILHAS

O Porto tem 957 ilhas que correspondem a 8.000 fogos, mas apenas 4.900 são habitados por cerca de 10.400 pessoas. São casas maioritariamente privadas que não têm condições de habitabilidade e cuja intervenção é dificultada pela falta de enquadramento legal. O regulamento municipal de urbanização e as alterações necessárias à legislação nacional devem ajudar a solucionar este problema.

X. SOLUÇÕES ALTERNATIVAS: COMODATOS

A autarquia pode ser um elemento facilitador de soluções alternativas, como por exemplo a cedência de edifícios para habitação ou atividades sociais e culturais em regime de comodato, com contrapartidas ao nível de obras feitas pelas pessoas arrendatárias.

2. TRANSPORTES E MOBILIDADE

O Porto continua a enfrentar um problema de mobilidade. O futuro das cidades passa inevitavelmente pela redução do uso do transporte automóvel individual e pela aposta em sistemas de transportes coletivos de qualidade e ambientalmente sustentáveis. **O Bloco de Esquerda defende uma verdadeira política de mobilidade para a cidade, capaz de modificar a cultura assente no uso do automóvel individual e de colocar as pessoas, os transportes públicos e os modos suaves, no centro da mobilidade urbana.**

I. A STCP AO SERVIÇO DA CIDADE E DA REGIÃO

A nova gestão da STCP deve garantir instrumentos de participação e decisão das câmaras municipais, promovendo um serviço público de qualidade. Neste novo quadro, é notória a necessidade de reforçar a rede com **aumento do número de linhas, frequências e horários mais alargados**, servindo as freguesias mais votadas ao esquecimento, como Campanhã. Isto deve ser feito com a ajuda de um corpo de trabalhadoras e trabalhadores formado e reforçado, e melhorando o desempenho ambiental da frota de autocarros. Um **aumento da rede de corredores BUS em 10 km** permitiria poupar 3 milhões de euros/ano, só em combustíveis. Esta rede continua muito aquém da extensão que teve no passado, e é uma forma eficaz de incentivar o uso dos transportes coletivos.

II. ALARGAR A REDE DE METRO

A expansão da atual rede de Metro do Porto é fundamental para uma política de mobilidade sustentável na cidade. O Bloco de Esquerda defende a gestão pública da Metro do Porto e a urgência do **lançamento da Linha de Metro do Campo Alegre**, servindo toda a zona ocidental da cidade - onde se encontram várias universidades e pólos habitacionais densos - e retirando uma importante quantidade de automóveis do centro da cidade.

III. REDUZIR O TRÁFEGO DE ATRAVESSAMENTO NA CIDADE

A pressão do tráfego de atravessamento em vias rápidas, no interior da cidade, deve ser reduzida através da **reativação do serviço de passageiros na Linha de Leixões** entre Campanhã e Matosinhos, complementando a rede de transportes coletivos do Porto; e da **eliminação das portagens na CREP**, incentivando esta opção em detrimento dos acessos a Norte e a Sul pelas pontes da Arrábida e Freixo (VCI - Via de Cintura Interna).

IV. VALORIZAR O ELÉTRICO

O Porto já chegou a ter 150 km divididos ao longo de 38 linhas de elétrico. Hoje, restam apenas quatro linhas, usadas por turistas. A nova fase da STCP deve ser acompanhada

pelo **regresso do eléctrico como transporte público**, com mais linhas e preços acessíveis, representando um investimento eficaz na mobilidade da cidade.

V. UM OUTRO MODELO DE ESTACIONAMENTO

O atual modelo de concessão a privados não responde a nenhuma das necessidades de mobilidade da cidade, e visa apenas o encaixe financeiro e a desresponsabilização da autarquia. A CMP deve assumir as suas obrigações e **recuperar para a esfera pública a gestão e o planeamento do estacionamento**, dando prioridade às moradoras e moradores, e avançando com a construção de **parques de estacionamento dissuasores** nas principais entradas e pontos intermodais da cidade, mitigando a entrada de 60.000 veículos diários no Porto. As receitas camarárias oriundas do estacionamento devem ser afetadas à promoção do transporte público e a um programa de remoção de barreiras arquitetónicas, garantindo uma mobilidade inclusiva para todas as pessoas.

VI. PLANO MUNICIPAL DA MOBILIDADE EM BICICLETA

O Bloco assume o compromisso de aumentar em 10 vezes as deslocações em bicicleta no Porto, até 2021, e propõe um **Plano Municipal para a Mobilidade em Bicicleta** que vise promover a sua utilização como meio de transporte urbano competitivo na Cidade. Este plano - “13 Propostas para a Mobilidade em Bicicleta no Porto” - inclui a criação de uma **rede municipal de ciclovias**, percursos intermunicipais ou a transformação de alguns bairros em “zonas bicicleta”.

VII. PRIORIDADE ÀS PESSOAS, NÃO AOS AUTOMÓVEIS

Só em 2016, foram 20 os locais da cidade do Porto em que pessoas sofreram ferimentos graves ou morte, tendo 70% resultado de atropelamento. Passadeiras sem sinalização, carros que circulam a demasiada velocidade, tempos de espera prolongados para peões, falta de fiscalização do estacionamento em segunda fila, são alguns dos fatores que agravam os riscos para quem circula a pé. O Bloco defende:

- a) A **Concretização do plano municipal de segurança rodoviária**, protocolado desde 2010 e mantido na gaveta pelo Executivo de Rui Moreira e Manuel Pizarro;
- b) Um desenho urbano orientado para as pessoas com a **implementação de medidas efetivas de acalmia de tráfego** e redução da velocidade automóvel (zonas a 30, alargamento de passeios, mobiliário urbano, pisos antiderrapantes em troços perigosos), especialmente na proximidade de equipamentos escolares e zonas residenciais.
- c) Um **Plano Municipal da Acessibilidade Pedonal**, com uma equipa técnica direcionada para a resolução dos problemas de acessibilidade das utilizadoras e dos utilizadores mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com deficiência).

3. COMBATER A POBREZA, GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS

A Câmara Municipal gasta apenas 3% do seu orçamento em apoio social (tirando os encargos com a manutenção da habitação social), o que é manifestamente diminuto para uma cidade profundamente desigual e onde as manchas de pobreza e exclusão vão formando um conjunto de territórios esquecidos, invisíveis e relegados. Nesta área, três grupos, pela sua vulnerabilidade, merecem particular atenção: as crianças, os idosos e as pessoas em situação de sem-abrigo.

I. DUPLICAR O ORÇAMENTO PARA A AÇÃO SOCIAL

A primeira prioridade do Bloco neste domínio passa por duplicar o orçamento para a Ação Social, garantindo um plano estrutural nas respostas sociais da cidade.

II. PLANO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Elaboração de Plano de Erradicação da Pobreza no Porto, com propostas de curto, médio e longo prazo e **criação de um Observatório da Pobreza** que o monitorize.

III. PROGRAMA: PORTO +65, REDE MUNICIPAL DE CUIDADORES DE PESSOAS IDOSAS

Lembramos que o Porto tem 220 pessoas idosas para cada 100 jovens (dados de 2015). São necessárias respostas que funcionam apenas em conjunto e territorialmente articuladas:

a) **Desenvolver um estudo de sinalização do problema**, identificando, para cada freguesia, com rigor e minúcia, as pessoas idosas que necessitam de apoio, o seu quadro habitacional e potenciais cuidadoras e cuidadores (quando existam).

b) Verificar e **resolver os problemas de acessibilidade** para as pessoas idosas existentes nos vários serviços e equipamentos municipais, e ainda nos espaços públicos urbanos.

c) em parceria com a Universidade do Porto, criar um projeto-piloto numa freguesia do Porto, de dimensão média, onde se testaria a implementação de uma **Rede Municipal de Cuidadores de Pessoas Idosas**, com formação e remuneração adequada que, mediante a utilização de orçamentos-tempo, forneceriam um apoio diversificado às pessoas idosas carentes ainda não suprido por outras instituições. Tal apoio passaria, consoante as necessidades específicas, por propiciar momentos de lazer e de sociabilidade, organizar pequenos passeios e idas a equipamentos públicos (jardins, bibliotecas, museus), mediar a resolução de problemas (nas finanças, na segurança social, nos próprios centros de saúde) e alertar outras cuidadoras e cuidadores para problemas urgentes (SNS).

IV. PLANO DE APOIO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

São ainda 1.600 as pessoas em situação de sem abrigo, na cidade do Porto. O Bloco defende **uma nova estratégia municipal de apoio às pessoas que se encontram nesta situação**, em verdadeiro diálogo e articulação com os parceiros da Rede Social do Porto; e a execução das medidas já anunciadas (mas não concretizadas) pelo atual executivo: reforço das equipas multidisciplinares, rede de restaurantes solidários, centro de acolhimento de emergência e **alojamento de longa duração**.

V. SALAS DE CONSUMO ASSISTIDO: UMA EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA NO PORTO

A Câmara Municipal do Porto continua a ter uma política punitiva e de limpeza social em relação às pessoas que utilizam drogas. O Bloco não desiste do seu compromisso de lutar por uma resposta que respeite a dignidade das pessoas mais vulneráveis, e propõe a elaboração de um plano de ação para o uso de substâncias psicoativas, com base nos direitos humanos e desprovido de práticas imbuídas de moral e/ou censura social:

- a) **Programa de emergência** para os locais mais afetados (a curto prazo) e **abertura de duas salas de consumo assistido fixas e uma móvel** (a médio prazo), para garantir condições de consumo que não atentem contra a dignidade e que permitam evitar infeções e overdoses;
- b) **Criação de um Fórum Municipal sobre os Consumos**, para discussão e definição de políticas municipais para esta área, de forma articulada, com peritos da área da investigação, das organizações que trabalham no terreno, das autoridades locais e consumidoras e consumidores;
- c) **Investir na formação e educação para os direitos humanos das polícias**, campanhas de prevenção e sensibilização, e formação de educação de pares;
- d) **Disponibilização de habitação municipal** para reinserção das pessoas nesta situação, recuperação da Casa de Vila Nova, e criação de uma casa semelhante na zona oriental.

VI. UM PELOURO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Cidades como Barcelona, Múrcia, Reiqueiavique e Toronto, estabeleceram os direitos humanos e os direitos sociais como prioridade. Numa cidade em que a ação social é instrumentalizada e esvaziada de intencionalidade e intervenção, a **criação de um pelouro dos direitos sociais na Câmara Municipal do Porto** é uma resposta urgente à necessidade de uma política integrada que acompanhe o concreto da vida das pessoas e que promova:

- a) informação sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura, programas de apoio, etc.;
- b) iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate às discriminações (sexismo, racismo, homofobia, transfobia, entre muitas outras).

4. TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

O Caso Selminho, os ajustes diretos a substituir o concurso público como regra, e a acentuada queda no Índice de Transparência Municipal - da 26ª (2013) para a 141ª posição (2016) - são apenas alguns sintomas do défice de transparência existente na autarquia. O Bloco defende que **o Porto tem de ser uma cidade moderna onde a transparência e o acesso à informação convidam os cidadãos e cidadãs a serem parte ativa da política municipal**. Para além disso, a transparência e a participação são as melhores garantias no combate à corrupção e na confiança das cidadãs e dos cidadãos na sua representação local.

I. REGISTO DE INTERESSE DAS ELEITAS E DOS ELEITOS LOCAIS

Criação de um registo de interesses das eleitas e dos eleitos locais disponível para consulta online, juntamente com declarações de património e rendimentos das e dos autarcas.

II. PRESTAR CONTAS DE FORMA TRANSPARENTE

Tornar o Porto no município mais transparente do país em apenas quatro anos, prestando contas de forma regular, pública e acessível, e cumprindo todos os critérios do Índice de Transparência Municipal. Deve ser disponibilizada online toda a informação sobre contratação pública, concursos e ajustes diretos do município.

III. REDUZIR A CONTRATAÇÃO EXTERNA E AJUSTES DIRETOS

O recurso à contratação de serviços, em especial de consultadoria, deve ser reduzido ao mínimo, assegurando-se, em nome da transparência, a **redução do recurso a procedimentos de ajuste direto**. O concurso público deve ser a regra.

IV. PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL E TRANSPARÊNCIA

As manifestações de interesse de particulares relativamente ao património municipal devem ser devidamente registadas, publicadas e passíveis de ser cruzadas com os dados de planeamento e gestão urbanística.

V. VALORIZAR O PAPEL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal deve ver reforçado o seu papel fiscalizador e de espaço de debate democrático sobre a cidade, sendo aumentados os seus recursos e condições físicas, e fazendo novo uso das comissões parlamentares e grupos de trabalho.

VI. CRIAR UM SITE PRÓPRIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Publicitando toda a informação sobre os trabalhos desta assembleia e suas deliberações. Devem estar disponíveis - de forma organizada, acessível e facilmente localizável - todas as atas e documentos discutidos pelos grupos municipais, com indicação da respetiva votação e sentido de voto de cada deputada ou deputado.

VII. ABRIR AS REUNIÕES DA CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL À POPULAÇÃO

A transmissão e disponibilização online integral das reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, são uma forma concreta de alargar a transparência e o debate. As reuniões devem ser realizadas de forma descentralizada e em local que permita mais pessoas assistirem. Deve ainda ser consagrada a possibilidade de inscrição online para participação das e dos munícipes, como ocorre já em muitas outras autarquias.

VIII. IMPLEMENTAÇÃO DE UM VERDADEIRO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Os investimentos da autarquia devem fazer parte de **um verdadeiro orçamento participativo (OP), com dotação significativa,** que promova assembleias locais nas freguesias para identificar e votar os projetos e equipamentos prioritários. O OP deve ser acompanhado de programas de capacitação e participação da comunidade.

IX. REFERENDOS LOCAIS, MAIS DEMOCRACIA

As grandes decisões e obras estruturais do município devem ser objeto de decisão popular direta através de referendos locais.

X. LABORATÓRIOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Laboratórios de democracia participativa devem ser realizados nas escolas, com pessoas de todos os níveis de ensino. Instrumentos como o Teatro do Oprimido e outras metodologias participativas podem ser utilizados para **envolver as cidadãs e os cidadãos na identificação dos seus problemas e de soluções para a cidade.**

XI. PLANEAMENTO URBANO PARTICIPADO

Decisões sobre urbanismo e intervenção no espaço público devem incluir a **participação das populações e a sua auscultação prévia.** Nos bairros camarários, as regras de utilização coletiva dos espaços e as intervenções de requalificação têm de envolver as moradores e os moradores, bem como as suas associações nas decisões e nas escolhas, resgatando o património de experiências como o SAAL.

5. POR UMA CULTURA PARA TODA A GENTE

O Porto possui instituições de ensino superior e centros de investigação de excelência, e um número considerável de escolas artísticas, tanto ao nível do ensino superior como secundário, que permanentemente alimentam projetos de criação e produção cultural. Possui “palcos” municipais (teatros, galeria e agora também cinema), além de outros equipamentos com participação autárquica, como a Fundação de Serralves e a Casa da Música. É em si mesma património material e imaterial e possui uma rede municipal de equipamentos a ele dedicados, como bibliotecas, arquivos e museus.

I. SUSPENDER A CRIAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL PORTO CULTURA

A criação da empresa municipal Porto Cultura, à pressa e em final de mandato, só confirma este quadro: todos os instrumentos de intervenção municipal na arte contemporânea, em particular nas artes performativas, é subtraída ao Pelouro da Cultura e retirada da gestão política democrática. O Bloco defende a **suspensão da criação desta empresa municipal, permitindo um amplo debate com os agentes culturais da cidade para um estratégia municipal coerente nesta área.**

II. REANIMAR O ASSOCIATIVISMO

A **criação de um programa de apoio ao movimento associativo** é uma urgência numa cidade com a tradição associativa como a do Porto. Este programa deve incentivar a recuperação de espaços municipais para utilização comunitária, criando protocolos-programa que incluam incrementos financeiros e a formação de equipas dinamizadoras que permitam alimentar atividades artísticas, desportivas e recreativas.

III. CULTURA PARA TODOS E PARA TODAS

Uma cidade das artes deve **proporcionar e apoiar o espaço para trabalho invisível** (produção e ensaios) e **oficinas abertas à cidade** por cedência de instalações municipais; proporcionar transporte municipal de pessoas e carga que discrimine positivamente a circulação do produzido na cidade; assegurar representatividade da produção local na programação dos equipamentos culturais que gere.

IV. SERVIÇOS EDUCATIVOS NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Prover os Museus Municipais e o Património Cultural de um serviço educativo que dinamize a sua fruição pela população, nomeadamente as e os estudantes e as pessoas idosas, assegurando-lhes acesso gratuito.

6. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Onde tudo começa, na escolarização, desde o pré-escolar, o município possui instrumentos de intervenção direta – no pré-escolar e 1º ciclo, na alimentação, nos programas de apoio às famílias (AAAF, CAF e ATL) e nas atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas áreas artísticas e de atividade física e desportiva, além da gestão do edificado – e instrumentos supletivos/complementares de intervenção nos restantes ciclos de ensino não superior público. E em todas estas matérias, o atual executivo tem marcado passo.

I. PROGRAMA: PORTO -5, ALARGAMENTO DA REDE MUNICIPAL PRÉ-ESCOLAR

No Porto, as crianças entre os 3 e os 5 anos de idade estão maioritariamente inscritas em oferta educativa privada, sobretudo através de IPSS, a maior parte delas confessionais. Com a promessa da universalização da frequência do pré-escolar em curso, a falta de oferta pública na cidade torna-se ainda mais evidente, exigindo um investimento que a autarquia não tem reclamado junto da administração central. O programa *Porto -5* propõe o **alargamento da oferta pública de jardins de infância e creches a preços acessíveis**.

II. MELHORAR A SEGURANÇA E QUALIDADE ALIMENTAR NAS ESCOLAS

Muitas das escolas da cidade, a cargo da gestão municipal, dispõem de equipamentos e cantinas para a confeção da comida. Ainda assim, a alimentação é assegurada por serviços externos, prejudicando a qualidade das refeições. A qualidade e a segurança alimentar seriam melhor asseguradas ao devolver às escolas esta competência.

III. EQUIPA PLURIDISCIPLINAR DE FORMADORES

O Bloco compromete-se a **acabar com a precariedade das formadoras e dos formadores das AEC**. A cidade ganha com a sua contratação nas áreas da atividade física e desportiva, e das artes – protocolando com as numerosas escolas artísticas e artistas da cidade – criando uma equipa a tempo inteiro que assegure também apoio ao Desporto Escolar e promovendo clubes nos vários domínios das artes (música, escrita criativa, teatro, dança, artes visuais e cinema) nos restantes ciclos de ensino.

IV. TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL PARA ALUNOS

A CMP deve assumir o transporte coletivo municipal para alunas e alunos da escola pública e associações de intervenção comunitária, com Sistemas de Retenção de Crianças homologados (cadeiras e bancos elevatórios), tendo em vista um transporte ocasional feito em condições de segurança e de acordo com a legislação em vigor, de forma a promover as saídas em visitas de estudo ou nos programas de apoio às famílias em período de férias e interrupções letivas.

7. SERVIÇOS PÚBLICOS E MUNICIPAIS DE QUALIDADE

Ao longo do último mandato, as e os portuenses sofreram com a degradação dos serviços públicos, fruto dos cortes impostos pela política de austeridade no plano nacional. Mas também ao nível municipal os serviços perderam qualidade e eficácia. A lógica de Parcerias Público-Privadas (PPP) imperou, entregando aos privados a concessão de serviços como a limpeza urbana, a recolha do lixo e vários equipamentos públicos, pondo em causa o acesso da população ao seu direito à cidade.

I. LIMPEZA URBANA E RECOLHA DO LIXO

É notória a falta de limpeza urbana no Porto. Esta realidade agravou-se desde que os serviços de limpeza e recolha do lixo foram parcialmente concessionados, levantando problemas de saúde pública. O Bloco de Esquerda defende o **fim da concessão a privados e a integração deste serviço exclusivamente sob alçada da Câmara**. Remunicipalizar é a solução, não só para maior limpeza e reutilização, mas como forma de prevenir pragas e a acumulação desmesurada de lixo em zonas urbanas.

II. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS AO SERVIÇO DA CIDADE

Ao fim de 4 anos, praticamente todas as promessas de reabilitação dos grandes equipamentos públicos do Porto ficaram por cumprir. O Bloco defende que os equipamentos municipais devem estar ao serviço da cidade e acessíveis aos seus cidadãos:

- a) **Reverter a concessão do Pavilhão Rosa Mota**, apostando na reabilitação e gestão pública municipal.
- b) **Expandir e requalificar a Biblioteca Municipal do Porto**, e alargar os horários.
- c) Estabelecer uma discussão pública e participativa para decidir o destino a dar ao antigo **Abrigo dos Pequenos** (na freguesia do Bonfim).
- d) Multiplicação de **equipamentos desportivos** multiusos em todas as freguesias.
- e) Abertura de um **parque de campismo na zona oriental da cidade**, com área de serviço para autocaravanas.

III. MUNICÍPIO COM PRECARIEDADE ZERO

A Câmara Municipal do Porto e as empresas municipais continuam a recorrer ao trabalho precário como forma de contratação, nomeadamente através do Contratos Emprego e Inserção (CEI e CEI+). É preciso identificar cada um destes casos, sobretudo ao nível das empresas municipais, estabelecendo contratos de trabalho com direitos, **e fazendo com que o Porto seja um município com precariedade zero**.

8. IGUALDADE NA DIVERSIDADE

Depois de quatro anos desperdiçados no que diz respeito à promoção da igualdade na diversidade, urge contrariar a marca cinzenta que permanece na autarquia neste domínio. Perante a natureza heterogénea do Porto, seria responsabilidade do município fazer da nossa uma cidade acolhedora, onde as pessoas se reconheçam e se sintam pertencer. **Um lugar em que se respeitam as e os munícipes, independentemente da sua idade, género, etnia, orientação sexual, condição física, social, cultural e financeira.**

I. UMA CIDADE QUE DEFENDE OS DIREITOS DAS MULHERES

Numa cidade com 1.000 casos de violência doméstica por ano, manter o Plano Municipal de Violência Doméstica desatualizado é um gesto inaceitável de complacência com esta realidade. **A atualização deste Plano deve ser uma prioridade neste mandato, incluindo o reforço da rede de casas-abrigo e das condições de atribuição de habitação camarária para vítimas de violência doméstica.** O município deve ainda promover um urbanismo que cumpra as regras da acessibilidade inclusiva e promova um espaço público confortável e mais seguro, melhorando a iluminação pública e privilegiando um policiamento de proximidade, em alternativa ao modelo da videovigilância.

II. VISIBILIDADE E SENSIBILIZAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO

A política local não pode ignorar que, por mais que a lei tenha avançado, as mulheres continuam a ser vítimas de violência e da negação do direito fundamental à autodeterminação de género e sexual. Numa sociedade ainda tão desigual e tão marcada pelos estereótipos dos papéis de género, pelo sexismo e pela discriminação, a dimensão da visibilidade e da coerência institucional face aos direitos das mulheres em todas as esferas da vida social e política é uma condição fundamental para combater a violência de género. O Bloco de Esquerda propõe:

- a) **transformar a comunicação institucional tornando-a inclusiva e abrangente** e dar visibilidade às mulheres da e na cidade, nomeadamente através da atribuição de mais nomes de figuras femininas de referência às ruas da cidade;
- b) **assinalar os dias nacionais e internacionais que promovem a igualdade de direitos e o combate às discriminações** (como o 8 de março, a título de exemplo), com iniciativas politizadas e inclusivas, em diálogo com as organizações e os movimentos sociais, promovendo o debate e a informação, mais do que a comemoração simbólica;
- c) **produzir materiais e campanhas sobre igualdade de género** em geral, e contra o assédio sexual na rua em específico, dirigidas a públicos de todas as idades (iniciativas de rua, panfletos e cartazes a afixar nos transportes públicos e em equipamentos municipais, artigos e informações úteis no Boletim Municipal).

III. UMA CIDADE PROMOTORA DOS DIREITOS LGBT+

O município deve valorizar a Marcha do Orgulho, bem como outras iniciativas promovidas pela comunidade LGBT+. Deve também **garantir respostas de apoio a quem é vítima de discriminação**, nomeadamente através da abertura de um espaço municipal que defenda e promova os direitos humanos, ajude e albergue vítimas de discriminação e violência, preste apoio social e psicológico e disponibilize aconselhamento jurídico.

IV. UM COMPROMISSO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

Deve fazer parte da iniciativa municipal o apoio a **ações de sensibilização contra todos os tipos de discriminação e de bullying**, contribuindo o executivo, sempre que necessário e possível, para a articulação entre os diferentes atores neste domínio, promovendo, por exemplo, estratégias de coeducação, e apoiando e valorizando os coletivos que trabalhem nestes domínios, sendo parceiro das suas campanhas.

V. INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Consolidar a eliminação das barreiras existentes que impedem a igualdade no acesso à informação, serviços, transportes, habitação, educação, formação e emprego é uma prioridade do Bloco de Esquerda. Propomos a **elaboração de um Plano de Ação** a levar a cabo pelos diferentes serviços da autarquia, em que se definam as medidas necessárias para uma estratégia focada na inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, incluindo o **apoio municipal a projetos-piloto de Vida Independente**.

VI. VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL DA CIDADE

As associações de imigrantes devem ver o seu trabalho reconhecido e apoiado pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia, promovendo o diálogo intercultural. No sentido do respeito pelas diferentes identidades, etnias, culturas e formas de expressão minoritária, deve a autarquia acompanhar e assumir responsabilidade pela boa condução de processos que afetam estes grupos.

VII. CIDADE ACOLHEDORA DE REFUGIADOS

Num momento em que o mundo atravessa uma das maiores crises de refugiados de que há memória, precisamos de **um município de portas abertas** e que crie condições para receber quem foge da miséria, da fome e da guerra.

9. URBANISMO E AMBIENTE

A cidade do Porto está muito aquém do que é necessário para combater as alterações climáticas. O aumento de oferta pública de transportes, a redução do preço e a aposta na intermodalidade, são importantes fatores de redução de emissão de CO₂, mas muito mais há a fazer.

O Porto continua a ter uma capitação de espaços verdes muito inferior à média das cidades europeias. É ainda urgente lançar as bases para a redução drástica da produção de resíduos a nível municipal e aumentar a eficácia da recolha seletiva do lixo, implementando medidas que favoreçam a economia circular e apostando na criação de um modelo de transição que reduza drasticamente as emissões poluentes. **O combate às alterações climáticas não pode esperar.**

I. MAIS ESPAÇOS VERDES

O PDM de 2006 pretendia duplicar a capitação de espaços verdes públicos de 7 para 14m² por habitante. É necessário recuperar o tempo perdido: a estrutura verde pública deve ser de 20m² por habitante até 2021, aproximando-a consideravelmente da média das cidades europeias. Prioridades:

- a) **Concretização dos espaços verdes de proximidade inscritos em PDM desde 2006**, mas nunca concretizados: criação dos Parques da Asprela, Bouça/Lapa, Currais, Outeiro do Tine e Ervilha, extensão do Parque Oriental, e ampliação do Parque de São Roque.
- b) Continuar a recuperação das margens da Ribeira da Granja.
- c) **Plantação de 2500 árvores por ano** para melhorar a permeabilização do solo urbano e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

II. PORTO, AUTARQUIA LIVRE DE PETRÓLEO

O Bloco de Esquerda assume-se como uma força contra a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de combustíveis fósseis em Portugal. Também a costa do Porto se encontra ameaçada e pode vir a ser confrontada com essa opção. **A candidatura do Bloco de Esquerda à Câmara do Porto defende uma Autarquia Livre de Petróleo** e compromete-se a tudo fazer para travar estas iniciativas.

III. MAIS HORTAS COMUNITÁRIAS E CONSUMO LOCAL

Disponibilização de mais bolsas de terrenos agrícolas municipais para quem quer ter um talhão e produzir os seus alimentos. Facilitação de serviços de apoio e visibilização das cadeias de consumo local, para escoamento de frutícolas e hortícolas produzidas nestes terrenos do Porto aos consumidores e consumidoras da cidade.

IV. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO

A Estrada da Circunvalação carece de requalificação urgente. O projeto apresentado levanta preocupações de mobilidade principalmente para as pessoas que circulam a pé ou de bicicleta. É necessário criar zonas integradas e estudadas para peões, investir na arborização da via e concretizar a ligação entre o Parque da Cidade e o Parque do Real, permitindo a expansão da área verde das duas cidades.

V. MELHORAR A QUALIDADE DO AR

Promover mais transportes públicos, varredura e lavagem das ruas, renovação ecológica completa das frotas de viaturas municipais, diminuição do número de veículos pesados de mercadorias em circulação, corte de ruas ao trânsito, introdução de veículos de baixa emissão nos transportes de passageiros e mercadorias.

Promover sistemas de despoluição de efluentes gasosos nas indústrias, inventariação e reforço da fiscalização do licenciamento das unidades comerciais e industriais. Lutar pela diminuição das emissões de poeiras das obras de construção civil.

VI. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DO RUÍDO

Este plano deve incluir a melhoria da pavimentação urbana, apoio ao reforço do isolamento acústico de fachadas de edifícios, redução da velocidade do tráfego, intervenção específica para combater o ruído em zonas da VCI, aumento da frequência das medições acústicas, reforço da regulamentação das atividades ruidosas permanentes e temporárias e implementação de barreiras arbóreas nas vias de maior circulação de tráfego. Apresentação bienal, pelo município, do **relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, que nunca foi feito pela autarquia**, apesar das exigências legais.

VII. REDUZIR A PEGADA ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO

Redução das perdas na energia, aumentar a suficiência energética, reduzir a produção de resíduos, aumentar a reciclagem, combater a pobreza energética, entre outras. **A reabilitação do parque edificado deve obedecer a critérios de eficiência energética** e de promoção de produção local de energia renovável. Prosseguir substituição da iluminação pública por LED, que na cidade do Porto corresponde apenas a 15% da potência total.

VIII. ADESAO AO PACTO DE AUTARCAS

O Porto aderiu ao Pacto de Autarcas em 2008, mas **até agora não tem plano de ação submetido** e as metas de redução de pelo menos 40% das emissões de CO2 não são mais que uma miragem.

10. CIDADE AMIGA DOS ANIMAIS

Com a lei nº8/2017, os animais adquiriram estatuto jurídico, reconhecendo-se o direito a serem protegidos, e decidiu-se o fim do seu abate à guarda dos municípios. **O Bloco de Esquerda bateu-se muito por esta alteração e esteve sempre na linha da frente deste combate.** Contudo, a intervenção da Câmara do Porto continua a ser insuficiente e tardia.

I. CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL

Construir o novo centro de bem estar animal, anunciado e orçamentado desde 2015, e que ainda não saiu do papel. **O canil municipal não pode ser lugar de captura e abate de animais.** A Câmara do Porto deve promover ativamente a adoção e esterilização dos animais. A intervenção no que se refere aos animais errantes deve ser orientada por **uma política de recolha, esterilização e devolução** ao espaço público.

II. ESPAÇOS E SERVIÇOS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS

Um equipamento que seja um centro de bem estar e proteção deve assegurar serviço de veterinária municipal, em particular no apoio clínico às atividades das associações protetoras dos animais. Deve atuar no terreno e **permitir que pessoas com menos recursos tenham aqui resposta de serviços veterinários para os seus animais.**

III. ISENÇÃO NO PAGAMENTO DO MICROCHIP

A **isenção do pagamento das licenças** aumenta a responsabilização, bem como a facilidade de contacto com responsáveis pelos animais, combatendo o abandono.

IV. PARQUES PARA CÃES ("DOG PARK")

Os parques devem ser localizados junto a espaços públicos centrais, como parques infantis, onde muitas famílias se deslocam com os animais. **Com estes espaços permite-se que os animais possam ter a liberdade necessária,** melhorando o controlo dos dejetos.

V. SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Substituir a proibição de alimentar os animais na via pública por campanhas de sensibilização e informação. Criar condições para acolher animais, cuidados e acompanhados pelo município, em equipamentos públicos (parques, escolas).

VI. NÃO FINANCIAR O SOFRIMENTO ANIMAL

A autarquia não deve financiar, nem autorizar espetáculos que promovam o sofrimento de animais, ou a sua utilização como mero objeto recreativo.